

### **Prestação de contas via internet é obrigatória para municípios paulistas**

A população de São Paulo poderá acompanhar mês a mês como estão sendo aplicados os recursos públicos locais. Esta é uma das promessas do novo sistema de controle do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). Por determinação do órgão, a partir deste ano, a prestação de contas de 644 municípios paulistas passa a ser realizada pela Internet. A decisão somente não abrange a capital, que tem seu próprio órgão de fiscalização, o Tribunal de Contas do Município. A medida pretende acabar com a necessidade de entrega de disquetes e diminuir drasticamente o volume e o trânsito de papéis. Também promete tornar a fiscalização mais eficiente e as peças de planejamento das prefeituras mais precisas.



No chamado Projeto Audesp (Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos), todos os setores fiscalizados serão obrigados a enviar suas informações contábeis pelo sistema on-line. De acordo com o diretor de fiscalização do TCE de São Paulo, Mauricio Queiroz de Castro, assim que os dados declarados chegarem ao Tribunal passarão por um processo de validação, uma espécie de filtro, onde regras automáticas serão colocadas em operação.

#### **Cultura digital ao alcance de todos**

Se você ainda não tem um blog ou não usa RSS, talvez seja hora de rever seus conceitos. Em *Jornalismo 2.0 - Como sobreviver e prosperar*, o jornalista norte-americano Mark Briggs mostra que estas e outras ferramentas digitais de distribuição de informação são simples, úteis e acessíveis a todos que usam a internet. O autor também ressalta como a interatividade com os leitores tem mudado a forma de se fazer jornalismo e ensina como os profissionais da área podem tirar proveito disso.



## **EDITORIAL**

### **A realidade das normas aplicadas ao setor público (Parte II)**

Lino Martins da Silva

Na administração pública, o sistema de contabilidade sempre foi colocado em segundo plano. O orçamento tem sido, ao longo dos anos, o ator principal dos atos e fatos que movimentam a administração. Nada mais errado, pois o objeto de estudos da Contabilidade (com letra maiúscula) é o Patrimônio e, portanto, o orçamento seria um mero instrumento de planejamento que deveria se submeter ao princípio da evidenciação dos elementos do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido.

Esta submissão da Contabilidade ao orçamento tem produzido diversos equívocos e interpretações que felizmente, com a colocação em audiência pública das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, serão reduzidos em algum tempo. Não se deve esperar, porém, que os sistemas de Contabilidade dêem resposta imediata a tais mudanças: além de muitos anos com a ênfase na Contabilidade Orçamentária ainda temos diversos interesses que estarão em jogo nessa mudança e, naturalmente, algumas resistências.

Refiro-me ao casuísmo iniciado a partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando diversas instituições iniciaram processos interpretativos dando origem ao que podemos denominar window dressing que, para os mais tolerantes, pode ser traduzido como "Contabilidade Criativa", mas, para os mais críticos, pode significar "maquiagem", na qual cada um procura dar ao texto legal uma interpretação casuística desde que ofereça benefícios tanto pessoais como institucionais.

Qualquer pesquisa em sites de órgãos públicos revelará a existência de interpretações sobre Receita Corrente Líquida, seja pela inclusão de certos itens ou pela modificação da classificação orçamentária estabelecida para, deste modo, "melhorar" ou "maquiar" resultados em benefício de certos setores e em prejuízo de outros - principalmente em relação à aplicação mínima em determinadas áreas, como educação e saúde.

No caso da educação e da saúde, o casuísmo relativo aos gastos com alimentação escolar é mais antigo. Esses gastos, que originariamente deveriam ser apropriados na função típica da saúde, nunca tiveram permissão para serem apropriados em educação como função atípica, em claro desrespeito às normas de origem da classificação funcional programática. Diziam, então, que não poderia ser educação porque era saúde. Porém, tão logo foi aprovada a legislação que estabeleceu o percentual mínimo para saúde, burocratas de plantão não tiveram dúvida em afirmar que alimentação escolar não deveria ser nem saúde, nem educação, mas assistência social. O argumento é que a Lei de Diretrizes e Bases proíbe tal apropriação. Mas, ao que parece, poucos leram o texto da LDB que trata da vedação apenas no caso de alimentação complementar. Em muitos estados e municípios, as refeições oferecidas aos alunos é prato principal e uma forma de atrair a frequência à escola.

Além disso, ainda podem ser encontradas definições absurdas que tentam distinguir o termo "folha de pagamento" de "despesas de pessoal", seja para excluir da apropriação os valores retidos e - por incrível que pareça - apropriar a despesa pelo valor líquido. Assim pode-se atingir o percentual indicado na LRF ou defender a não apropriação de tais despesas na função a que se refere à origem da despesa e apropriá-la como sendo "do Tesouro" que, entretanto, ainda não foi criado como função na classificação funcional programática.

Este é o ambiente a ser enfrentado: a lei não tem palavras inúteis e a valorização do sistema contábil e dos dispositivos, além do artigo 83 da Lei 4.320/64, é uma necessidade.

#### **Prestação de contas via internet é obrigatória para municípios paulistas**

Caso sejam encontradas inconsistências, avisos de erros serão gerados instantaneamente aos fiscalizados: "Há erros impeditivos e erros indicativos. No primeiro caso, os erros precisarão ser corrigidos para possibilitar a recepção pelo sistema; no segundo, o sistema estará apto a aceitar as informações, que poderão ser corrigidas mais tarde", explica o diretor.

Após a validação, as informações serão armazenadas. A partir daí, começa a fase de análise, cujos resultados serão divulgados em uma espécie de portal acessível a toda a sociedade. Nesta etapa serão

gerados os alertas automáticos aos dirigentes de órgãos públicos, caso seja constatada alguma situação que possa pôr em risco a gestão fiscal ou não sejam atingidos percentuais constitucionais mínimos de aplicação. Hoje esses alertas são enviados por meio de ofícios e depende da intervenção humana.



## Melhorias

As primeiras informações a serem enviadas via Internet referem-se ao planejamento e à execução orçamentária e financeira. Informações de planejamento são aquelas constantes do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, nas quais são traçados os objetivos de médio e curto prazo para a administração pública. Já a execução diz respeito ao que realmente se realizou daquilo que foi planejado inicialmente. É aí que se dá, por exemplo, o acompanhamento da gestão

fiscal, dos gastos com pessoal e do cumprimento dos percentuais constitucionais mínimos de aplicação em educação e em saúde.

Segundo Maurício Queiroz de Castro, ao capacitar os contadores públicos vinculados aos jurisdicionados para a Audesp, o TCE tem chamado atenção principalmente para o maior rigor no cumprimento de princípios contábeis que em geral eram ignorados. O diretor acredita que haverá melhora técnica na elaboração das peças orçamentárias e contábeis, "pois estamos provocando uma benéfica mudança cultural nas administrações, principalmente no quesito planejamento. Muitas vezes criavam-se peças de ficção, feitas somente para cumprir o mandamento legal ou inserir promessas de campanha. Não havia o compromisso de honrá-las, e nem seria possível, porque não tinham viabilidade financeira".

O novo sistema também promete dar maior agilidade em relação ao cumprimento do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina aos Tribunais de Contas a emissão de alertas para os órgãos públicos quando detectadas eventuais falhas na gestão fiscal. Na prática, essa exigência transforma os Tribunais de Contas em assessores de gestão, ao colaborar no controle das contas públicas. "No nosso caso, podemos dizer que a Audesp propiciará uma assessoria on-line" - diz Maurício Queiroz de Castro.

## Histórico

O projeto de auditoria eletrônica teve início em 2003, quando o TCE-SP elaborou um Plano Diretor de Informática. "Esse plano mostrou a necessidade de reestruturação do departamento e ainda naquele ano criou-se o cargo de agente de fiscalização financeira com especialização em informática. Com a posse dos analistas de sistemas, os técnicos da auditoria repassaram o conhecimento acumulado sobre as principais funções do Tribunal de Contas, discutindo propostas e soluções tecnológicas para a atividade fim com os novos servidores", conta Queiroz de Castro.

A Consultoria em Administração Municipal (CONAM), que presta assessoria a diversas administrações públicas de São Paulo e de outros estados, foi uma das empresas procuradas na época para ajudar no desenvolvimento da Audesp. Seu diretor, Walter Penninck Caetano, diz que um levantamento preliminar constatou que mais de 90% dos órgãos públicos jurisdicionados pelo TCE-SP possuíam soluções terceirizadas de informática: "Isso levou o Tribunal a procurar tanto a nossa empresa como todas as outras do mercado, para que conhecesse a idéia e os métodos a serem utilizados para a coleta e o processamento de dados. A partir daí, passamos a adequar nossos produtos para que os clientes, órgãos públicos, pudessem estar aptos para atender à nova sistemática de auditoria que estava sendo criada pelo TCE em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp)".

## Prestação de contas via internet é obrigatória para municípios paulistas

Em 2006, o TCE solicitou às empresas interessadas em participar do projeto que escolhessem um município como piloto. A experiência tinha por objetivo testar a auditoria eletrônica e, ao mesmo tempo, observar o

comportamento da cidade em relação ao projeto. Nessa fase foi feita a remessa experimental de dados e a geração das primeiras análises automáticas. Segundo Walter Caetano, foi uma oportunidade de conhecimento do sistema e de correções e ajustes, para os órgãos públicos, para as empresas, e também para o Tribunal de Contas.

No início de 2007, a Audeps entrou em operação: ainda que de forma não obrigatória, mais de 100 municípios paulistas enviaram corretamente suas peças de planejamento e de execução orçamentária e financeira, o que demonstrou a viabilidade técnica-operacional do sistema. Em dezembro de 2007, depois de aprovadas em plenário, as instruções que obrigavam os municípios a enviarem seus dados pela Internet foram publicadas no Diário Oficial do Estado.

A mudança foi, portanto, gradativa. Mesmo assim, o início da obrigatoriedade em 2008 ainda traz certa apreensão, já que cerca de dois mil órgãos públicos dos municípios de São Paulo terão que interagir com o sistema. "Embora todos estejam sendo informados desde 2003, muitos só começaram a agir a partir da publicação das instruções, o que nos deixa preocupados, pois preparar sistemas e capacitar servidores para utilizá-los demanda um tempo considerável", lembra o diretor de Fiscalização Mauricio de Castro.

### **Município-piloto**

Para utilizar a Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos, os municípios precisarão integrar as informações dos setores públicos locais antes de enviá-las ao TCE. Sorocaba, que serviu como modelo para o desenvolvimento do sistema, foi uma das primeiras cidades a repassar os dados pelo novo meio. De acordo com Walter Caetano, a empresa de consultoria Conam sugeriu Sorocaba como piloto porque já atendia aos seus principais órgãos: Prefeitura, Câmara Municipal, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Fundação de Saúde e Fundação de Previdência. "Essa característica facilitou o relacionamento de técnicos da empresa com a equipe de tecnologia do TCE. Um detalhe importante é que quando as diversas entidades que compõem o município utilizam soluções de informática diversas, o trabalho de consolidação fica muito prejudicado", explica o diretor da empresa.

Já na execução orçamentária do exercício de 2006, o município-piloto passou a trabalhar o orçamento dentro das premissas do projeto de auditoria eletrônica. "Desde esse ano, todos os lançamentos a débito e a crédito (partidas dobradas) gerados pela execução orçamentária, envolvendo os sistemas patrimonial, orçamentário, financeiro e compensado são automatizados e independem de qualquer interferência humana no processo", diz Caetano. O prefeito da cidade, Vitor Lippi (PSDB), aprovou o sistema. Sua avaliação é de que "a utilização da tecnologia para agilizar a análise de dados vai servir para um melhor controle tanto das finanças como dos resultados sociais dos municípios".

### **Eleição renova um terço dos conselheiros no CRC-RJ**

Profissionais contábeis do Rio de Janeiro foram às urnas no dia 22 de novembro de 2007 para escolher novos conselheiros do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ). Seguindo determinação disposta no artigo 45 da Resolução nº 1095 de 2007 do Conselho Federal de Contabilidade, um terço do plenário composto por 24 membros foi renovado. Três chapas concorreram no Rio: a vencedora foi a chapa 1, com 17.067 votos, correspondente a 77,9% dos votos válidos.

Os cinco contadores e os três técnicos em contabilidade eleitos, assim como seus suplentes, cumprirão mandato de quatro anos. A chapa vencedora, que trabalhou com o lema Dignidade e Ética, foi coordenada por Diva de Oliveira Gesualdi. Completam o grupo de membros efetivos eleitos Aroldo José Planz, Vicente de Paulo Muniz, Cláudio Vieira Santos, Marcelo Cavalcanti Almeida, Adriano Luiz Medina, Neide Peres Ferreira e José Artur de Paula. Entre as principais propostas dos novos conselheiros, além do apoio ao presidente do CRC-RJ Antonio Miguel Fernandes, estão: intensificar a atuação do Conselho Regional em educação continuada, criar o museu da Contabilidade do Estado do Rio e reforçar a assistência social aos profissionais contábeis registrados no Rio.

Em todo o estado, 27.139 contabilistas puderam participar em 108 locais de votação. A renovação dos dois terços restantes do plenário do conselho regional acontece no próximo biênio.

### Henrique Moraes Ziller - Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle



Analista de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2001, graduado em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília e pós-graduado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, Henrique Ziller já trabalhou na Câmara Legislativa do Distrito Federal como secretário parlamentar e na Câmara dos Deputados. Em 2005, Ziller e outros profissionais do setor público (voluntários) se uniram e fundaram o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), inspirados na experiência da ONG Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo), que, em 1999,

com a união dos moradores conseguiu afastar do cargo o prefeito acusado de improbidade administrativa. O presidente do IFC aposta no engajamento dos cidadãos como ferramenta de controle dos recursos no Brasil. Os voluntários do IFC promovem audiências públicas, visitam prefeitos e vereadores e auxiliam na aproximação entre líderes comunitários e órgãos públicos.

#### Pre\$tando Conta\$ - Como foi criado o IFC?

**Henrique Ziller** - O IFC surgiu há dois anos, mediante a associação de entidades representativas de servidores vinculados ao controle de recursos públicos. Reúne entidades como a Auditar (formada por servidores do TCU), o Sindilegis (servidores do Congresso Nacional e do TCU), a Unacon (servidores da Controladoria Geral da União) e AudiCaixa (auditores da Caixa Econômica Federal), entre outras.

#### Pre\$tando Conta\$ - Em que consiste o trabalho do Instituto?

**Henrique Ziller** - A principal ação do IFC é o estímulo ao controle social dos recursos públicos. Em particular, o projeto Adote um Município propõe-se a prestar assessoria a ONGs municipais criadas com o propósito de fiscalizar a utilização dos recursos públicos pelas prefeituras. No âmbito desse projeto, realizamos as caravanas Todos Contra a Corrupção, na qual representantes das entidades que compõem o IFC vão aos municípios onde existem ONGs e realizam audiências com vereadores, prefeitos e com a população. O objetivo dessa atividade é manifestar ao poder público local o apoio que a ONG tem do IFC, bem como sensibilizar outros cidadãos a se engajarem no trabalho da organização. Em outras vertentes de atuação, o IFC tem desenvolvido estudos acerca da utilização dos recursos públicos e da corrupção e tem proposto parcerias com prefeituras para a certificação de programas, como a merenda escolar.

#### Pre\$tando Conta\$ - Qual o perfil dos integrantes do IFC?

**Henrique Ziller** - Basicamente somos servidores dos órgãos acima mencionados. Mas o IFC é aberto para receber a colaboração de todos os cidadãos interessados no tema corrupção e gestão dos recursos públicos.

#### Pre\$tando Conta\$ - Como tem sido a resposta da população ao trabalho do IFC?

**Henrique Ziller** - A resposta em termos de apoio concreto é pequena, ainda que o reconhecimento seja grande da parte de todos, ou quase todos, que conhecem nosso trabalho. Vivemos uma cultura de acomodação, na qual poucos cidadãos estão dispostos a envolver-se com questões de âmbito público. Na verdade, nossa luta principal é contra essa cultura. Enquanto o cidadão não compreender e assimilar o conceito de cidadania em sua plenitude, o combate à corrupção continuará muito árduo, pois ela se legitima com essa postura de acomodação da população.

#### Pre\$tando Conta\$ - De que forma a população pode atuar no combate à corrupção? Qual a importância da iniciativa popular no combate a esse crime?

**Henrique Ziller** - A atuação da população deve ser feita de forma organizada, associativa e planejada. Devemos evitar ações quixotescas e heróicas. A idéia é criar uma organização que possa atuar de maneira despersonalizada e desenvolver trabalho com ajuda de gente que já tem atuação na área. Esse movimento precisa se espalhar por todo o País. Não sei se os órgãos de controle têm a possibilidade de mudar

substancialmente o quadro atual. Entendo que esse desafio só pode ser enfrentado pela população e que a conjunção dos esforços populares e oficiais criará o ambiente adequado para a superação da corrupção no País.

## ENTREVISTA

**Henrique Moraes Ziller - Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle**

**Pre\$tando Conta\$** - Quais os principais projetos do Instituto?

**Henrique Ziller** - Além dos que já mencionei, posso citar as ações de ensino a distância, que pretendemos implantar para treinamento dos membros de ONGs. Atualmente temos também parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União, mediante a qual fornecemos treinamento relativo a programas do Governo Federal aos procuradores.

**Pre\$tando Conta\$** - Quais resultados o senhor destacaria do trabalho realizado pelo IFC?

**Henrique Ziller** - O crescimento do número de organizações e a solidificação do trabalho desenvolvido por elas, as ações movidas na Justiça para obter determinadas modificações na atuação do poder público municipal (para as quais prestamos assessoria) e o afastamento de prefeitos corruptos.

**Pre\$tando Conta\$** - O que é preciso fazer para se tornar um voluntário do projeto Adote um Município?

**Henrique Ziller** - Disposição para enfrentar a pior praga da vida da nação brasileira e para aprender um pouco sobre administração pública e controle de recursos públicos. A participação pode ser mediante a criação de uma organização municipal, que receberá apoio do IFC, ou mediante a atuação como apoio de uma ONG, orientando-a em suas ações.

**Pre\$tando Conta\$** - O Brasil tem assistido ultimamente a diversos casos envolvendo corrupção. A que o senhor atribui esses episódios?

**Henrique Ziller** - À leniência de uma população acomodada que não se dispõe a enfrentar questões que lhe tomarão tempo e recursos e que implicam riscos. Com isso, legitima-se que governantes utilizem recursos públicos em benefício privado. Deixo de analisar as demais causas porque, antes de tudo, a responsabilidade pela fiscalização de qualquer quantia de dinheiro é de seus donos. No caso do dinheiro público, o dono é o cidadão.

**Pre\$tando Conta\$** - Na sua opinião o que falta ao País para que esse quadro seja mudado?

**Henrique Ziller** - Acima de tudo, cidadania, expressa na compreensão de que o cidadão tem a obrigação de fiscalizar o que está sendo feito com o dinheiro de todos. Eu poderia explorar outros temas, como a modernização do sistema de controle estatal de recursos públicos, mas prefiro ficar naquilo que considero o mais importante: a mudança desse espírito contemplativo dos brasileiros para uma cultura cidadã.

**Pre\$tando Conta\$** - Quais os maiores entraves que os senhores enfrentam na realização do trabalho? Já sofreram ameaças ou foram intimidados?

**Henrique Ziller** - É difícil conseguir financiamento para o IFC, pois as empresas não têm essa cultura. Há financiamento para ações de cunho assistencialista, mas não para iniciativas de infra-estrutura como essa. Quanto a ameaças e intimidação já sofremos, sim. Até aqui, felizmente, nada de pior nos aconteceu. Ameaças não podem nos fazer desistir.

**Pre\$tando Conta\$** - O senhor acredita que o acompanhamento do uso do dinheiro público é eficiente no Brasil? Que medidas poderiam ser tomadas pelos governantes?

**Henrique Ziller** - Ainda não é eficiente. São poucos auditores em todas as instâncias e a desarticulação entre elas é muito grande. Além disso, os órgãos de controle não se preocupam como deveriam em enfrentar, prioritariamente, as questões mais relevantes, atendo-se, muitas vezes, a questões de pouca materialidade. Sua atuação é excessivamente lenta e burocrática, e os resultados muito pequenos em face do que precisam ser. Da parte dos governantes há, em geral, pouco interesse em controle, por razões óbvias. Nosso ajuste político-partidário para o comando da nação sobrevive à custa de acordos nos quais unidades orçamentárias da administração federal são disputadas por aliados do governo, que delas se servem em proveito próprio. O quadro é sombrio. Os governantes podem consertar todo esse quadro, mas não querem. Cabe ao povo fazer sua parte e pressionar os políticos.

**Pre\$tando Conta\$** - O senhor fala em mudança de atitude por parte dos brasileiros. Como caracterizaria essa "cultura cidadã"?

**Henrique Ziller** - Interesse por tudo o que se encontra da porta de minha casa para fora. Somos egoístas, pois cuidamos apenas de nossos próprios interesses. Cidadania é, essencialmente, o desenvolvimento de relações no âmbito público e o cuidado com essas questões de interesse de todos. Como disse o padre francês Thomas Merton, os homens não são ilhas. É necessário compreender essa realidade e agir na esfera pública, cuidar dos interesses do meu próximo ao lado dos meus. Os mais abastados, principalmente, por terem condições para tal, deveriam empenhar-se nessas questões. Mas usualmente são os mais ensimesmados, olhando apenas para seus próprios umbigos. O país permanece à deriva, e o dinheiro da saúde, da educação e do saneamento básico que alcançaria os mais pobres nunca chega a eles. A culpa de tudo é nossa mesmo.

#### **Projeto de criação de Imposto sobre Vendas a Varejo causa polêmica**

A proposta de criação do Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), semelhante ao praticado nos Estados Unidos, onde o tributo é cobrado dos consumidores no ato da compra, está provocando discussões e protestos de representantes da área, com a possibilidade de ser incluído na reforma tributária prometida há algum tempo pelo governo federal. O tributo deverá substituir o Imposto sobre Serviços (ISS), de responsabilidade dos municípios, que passaria assim para a esfera estadual, que hoje cobra o Imposto sobre Valor Agregado - IVA.

A proposta do governo é que o IVV tenha uma alíquota de 1.5%, cabendo às prefeituras a opção de reduzi-la dentro de uma margem de 1%. A União deverá compensar os municípios das possíveis perdas com a substituição do tributo. De acordo com Bernard Appy, secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, os municípios que tiverem uma arrecadação de ISS superior à do IVV serão compensados por meio de transferências do mesmo valor, via IVA federal. Estudos apontam que o percentual de 1.5% do Imposto sobre Vendas a Varejo pode provocar perdas para cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória, onde as alíquotas deveriam ser mais que o dobro.



Atualmente cabe às prefeituras a cobrança de três tributos: ISS, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). A maior parte das receitas dos municípios (70%) provém de transferências federais e estaduais. Na área federal são quatro impostos: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide/Combustível). Na reforma tributária, a proposta do governo é que esses tributos sejam substituídos por apenas um: o IVA federal. Em relação às diferentes legislações estaduais que tratam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), a sugestão é que sejam substituídas por uma única lei que valeria para todos os estados: o IVA estadual.

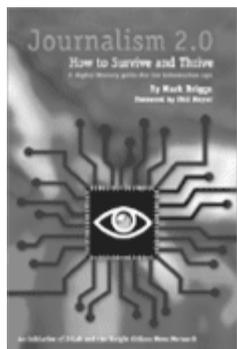
O ICMS seria mantido por um prazo de cerca de cinco anos antes da substituição completa.

## Críticas

Para Marcos Cintra, doutor em Economia pela Universidade de Harvard, professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, a proposta de criação do IVV é um retrocesso. "É um imposto que causará prejuízos ao setor produtivo e aos municípios.

## ESTANTE

### A era em que jornalistas e leitores se tornam parceiros



Jornalismo 2.0 - Como sobreviver e prosperar  
Mark Briggs  
Tradução: Carlos Castilho e Sonia Guimarães  
Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, 2007  
134 p. - em formato PDF

"Este é um livro sobre pessoas, e não sobre tecnologia. Com certeza há muita tecnologia nas páginas a seguir, mas na essência o que vamos encontrar aqui são pessoas tentando desenvolver suas habilidades dentro de um cenário novo e imprevisível". Assim, o norte-americano Mark Briggs apresenta seu livro Jornalismo 2.0 - como sobreviver e prosperar. Mais do que dissertar sobre as novas ferramentas da era digital, o autor mostra exemplos de sucesso e encoraja o leitor a segui-los.

O livro é uma iniciativa do J-Lab, um centro de estudos da faculdade de jornalismo da Universidade de Maryland, e da Rede Knight de Jornalismo Cidadão. As versões em português e espanhol foram editadas em dezembro de 2007 pelo Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, da Universidade do Texas em Austin. De acordo com o Centro, em apenas uma semana, os textos em formato PDF foram baixados mais de 10 mil vezes.

Jornalista esportivo, Mark Briggs afirma ter recuperado a fé na profissão em 1988, quando percebeu o que a Internet poderia fazer por seu trabalho. Entusiasmado, buscou manter-se a par do turbilhão de novidades que invadia o mercado todos os meses e, já em seu emprego atual, como editor de notícias interativas no The News Tribune, em Tacoma, estado de Washington, deu-se conta de que seu dia-a-dia seria mais fácil se mais colegas do jornal compartilhassem de seu conhecimento. Daí surgiu uma série de textos para treinamento, que acabaram sendo compilados neste livro.

A partir do conceito de "Web 2.0", referente às páginas da grande rede cuja relevância se deve principalmente à participação dos usuários, Briggs chama a atenção para a quebra de um paradigma que sempre guiou os jornalistas: "nós enviamos a informação, eles recebem". O autor esclarece: "Os leitores não são mais receptores passivos de mensagens. Eles criam, compartilham e comentam. E eles esperam poder fazer isso também nos sites de notícias".

Para Carlos Castilho, tradutor e autor do prefácio da edição em português, a ideia de público e jornalistas como parceiros veio para ficar: "É ela que vai marcar o cotidiano dos novos profissionais da comunicação, cuja educação já foi feita quase que integralmente com a ajuda do computador".

Para confirmar que é possível tirar proveito da mudança, Briggs cita o comentário de Ben Mutzabaugh, colunista do USA Today.com: "Na imprensa escrita, é fácil ficar em desacordo com os leitores quando eles encontram algo errado em seu texto. Como jornalista, você fica na defensiva. Os leitores de um blog colaboram com seu texto e ajudam. Eles querem que você dê a notícia correta".

Apesar de voltado sobretudo para jornalistas, Jornalismo 2.0 serve também como um guia para qualquer pessoa lidar melhor com a cultura digital. Ao longo de 11 capítulos, o autor explica como certos recursos da Internet, como o RSS e o FTP, podem ser mais simples e úteis do que aparentam, mostra a revolução que novos equipamentos eletrônicos - entre eles o iPod, o BlackBerry - estão provocando e convida o leitor a entrar sem reservas na era da informação, ensinando a fazer um blog, a produzir e editar vídeos, a gravar áudio e distribuir podcasts. Briggs mostra o caminho das pedras, com dicas de sites de referência e softwares gratuitos. Ao final de cada bloco, propõe tarefas para que toda a teoria se transforme imediatamente em prática.

O jornalista veterano Philip Meyer, autor do prefácio da edição em inglês, reafirma o caráter didático e pragmático da obra: "Você pode usá-la como se fosse um livro de cozinha. Há receitas, atuais, para todos os tipos de necessidades digitais. Quando eu o li, fiquei com vontade de parar e tentar fazer alguma coisa, como, por exemplo, criar uma transmissão em RSS, converter meus velhos tapes para arquivos MP3 e substituir meu navegador ultrapassado por um Mozilla Firefox".

Mas apesar da série de indicações que seu guia oferece, Mark Briggs conclui: "Está tudo na sua cabeça. (...) De nada vai adiantar ter um treinamento digital, se você não consegue ter uma cabeça digital". O autor enfatiza que o modo específico de pensar é mais importante que as ferramentas técnicas. E, para que o leitor perca o medo, lembra que todo conteúdo digital é descartável, ou seja, pode ser criado e apagado sem custo. Por isso, sugere que ele comece praticando, mesmo que seja apenas para se divertir: "Descubra uma habilidade que seja interessante e procure brincar com ela. Foi assim que muitos jornalistas se adaptaram. Eles se divertiam aprendendo".

### **Projeto de criação de Imposto sobre Vendas a Varejo causa polêmica**

É um motivo de preocupação para o comércio varejista e para as prefeituras e vai aprofundar uma das principais anomalias que a reforma tributária deveria corrigir, que é a sonegação", diz. O economista acredita que o novo imposto prejudicaria também os varejistas, ao impor-lhes novos custos administrativos, além das prefeituras. A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda avaliou o impacto desse imposto para as capitais e constatou que a alíquota de 1.5% beneficiaria apenas os municípios de Boa Vista, João Pessoa, Porto Velho, Rio Branco, Teresina e Macapá.

Segundo Cintra, a Secretaria não pesquisou o custo adicional que as prefeituras teriam para redimensionar suas estruturas de fiscalização: "ou seja, mesmo para os seis municípios que seriam beneficiados com a alíquota de 1.5% do IVV, é preciso considerar que eles teriam novos gastos para ajustar suas máquinas fiscalizadoras à nova base de contribuintes".

A estrutura de fiscalização das prefeituras atualmente está focada no setor de serviços, segmento em que há forte concentração da arrecadação. Segundo o professor, a instituição do IVV exigiria um redimensionamento nessa área devido ao aumento considerável dos estabelecimentos varejistas. "Para se ter uma idéia, no caso de São Paulo menos de 1% dos prestadores de serviços responde por metade da receita do ISS". Além da exigência de uma nova estrutura de fiscalização para as prefeituras, o IVV, afirma o economista, cria problemas quanto à alíquota na maioria dos municípios para que não percam receita. Para a prefeitura paulistana, por exemplo, seria preciso uma alíquota de 5%, se for considerada a venda de mercadorias e de serviços como energia elétrica e de comunicações, e de 14% quando se tratar de transações envolvendo bens. "O IVV é um péssimo imposto porque estimula a sonegação, é burocrático e vai impor custos e perda de receita aos municípios".

Assim, o novo imposto irá impor ao setor varejista outros custos de administração tributária ao reduzir o capital de giro e pressionar as margens de lucro. Outro aspecto a ser considerado na avaliação do economista da FGV é a evasão tributária, já elevada no varejo, que irá crescer com a criação de um tributo

cobrado na ponta do consumo, propiciando sonegação e corrupção. "Negociar preço de mercadoria com base no diferencial 'com nota' ou 'sem nota' faz parte da rotina dos consumidores no Brasil. Vale lembrar que nos Estados Unidos a sonegação do imposto sobre vendas (sales tax) é uma prática generalizada. O problema não é tão grave nos EUA pelo fato de essa base de incidência ter peso relativamente baixo. No Brasil, ela é o principal item da arrecadação", compara.

Para os prefeitos, a proposta também é motivo de preocupação, pois irão perder a base de incidência tributária que mais cresce na economia moderna: a prestação de serviços. Entre 2002 e 2006, o ISS foi a receita que mais aumentou (11.4%), somando mais de R\$ 15 bilhões. A proposta do governo é compensar a perda do ISS com uma alíquota de cerca de 1.5% para o IVV e transferir recursos da União para as prefeituras no primeiro ano de sua vigência. No ano seguinte essa transferência cessaria, e os municípios poderiam reduzir ou aumentar a alíquota do IVV em um ponto percentual.

Alfredo Meneghetti Neto, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE), concorda que a substituição do ISS pelo IVV trará impactos negativos tanto para as finanças municipais como para os contribuintes: "Sabe-se que o ISS está sendo arrecadado há bastante tempo e isso tem provocado uma melhoria da eficiência na estrutura de fiscalização das prefeituras no Brasil. Já o IVV é uma novidade e teria de ser montada uma estrutura totalmente diferente". Ele alega que o número de varejistas no Brasil é bem maior que o de prestadores de serviços, razão pela qual os municípios teriam dificuldade para controlar a cobrança do IVV com um universo formado por pequenos estabelecimentos: "além disso, essa substituição está sendo encaminhada em um momento inoportuno, pois 2008 é um ano eleitoral".

Segundo os especialistas, entre as principais conseqüências da implantação do novo imposto estão: aumento da dependência das finanças municipais com relação às finanças dos estados e da União e aumento dos custos devido ao redimensionamento das estruturas de fiscalização dos municípios. "Creio que a principal preocupação dos municípios é com relação ao aumento de custos da arrecadação e a necessidade de se buscar conhecimento em uma área que ainda não se tem experiência no Brasil", avalia Meneghetti. Ele sugere o aprimoramento da máquina pública municipal, tornando-a menos dependente de estados e da União, e mais eficiente na cobrança de impostos e na melhoria da prestação dos serviços públicos. "A enorme carga tributária brasileira deve ser revertida para o cidadão que deseja um Estado mais distributivo em termos de renda e isso só se consegue melhorando a prestação do serviço público", diz.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) espera não perder receita, já que o ISS é uma das principais fontes de financiamento dos municípios e tem crescido nos últimos dez anos, mas acredita que a proposta de reforma do governo pode simplificar o sistema e reduzir a guerra fiscal. A CNM defende, entre outros pontos, a criação de um fundo de compensação para os municípios que perderem na migração do ISS para o IVV; a desconstitucionalização dos critérios de distribuição do ICMS; a municipalização do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR); a participação dos municípios no fundo de desenvolvimento regional e assento no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

## Perspectiva

Em dezembro de 2007, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, anunciou que enviaria a reforma tributária ao Congresso Nacional sem a proposta de substituição do ISS pelo IVV, mas ressaltou que o governo não havia desistido da sugestão e que a discussão seria realizada na Casa. Para Appy, a reforma tributária precisaria ser aprovada no primeiro semestre de 2008, que é ano eleitoral: caso contrário, só aconteceria em 2009.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
**Prefeito:** Cesar Maia

Controladoria Geral do Município  
**Controlador Geral:** Lino Martins da Silva

**Sub-controlador:** Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

**Assessora:** Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

**Edição:** Sonia Virgínia Moreira

**Pauta:** Graça Louzada

**Redação:** Janaína Soares e Flavia Astorga

**Editoração:** Gabriel Campano

**Ilustração:** Zope

**Versão Online:** Renato Gomes